

6 • Correio Braziliense • Brasília, quinta-feira, 30 de junho de 2022

- Control

VIOLÊNCIA

Nem Justiça intimida

Pesquisa mostra que pelo menos 40% das mulheres que fazem parte do Judiciário sofreram alguma agressão doméstica

» RAPHAEL PATI*

studo realizado por pesquisadoras da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Pauo (USP) e da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que, no Poder Judiciário, 40% das servidoras e juízas sofreram algum tipo de violência doméstica. O tipo mais frequente de agressão sofrido por elas é a psicológica — 92% responderam ter sofrido constrangimentos e ataques verbais dos parceiros.

Além disso, quase metade das participantes — em torno de 47% — já passaram por situações de violência moral, que representa serem caluniadas, difamadas ou injuriadas. Em seguida aparece que essas mulheres sofreram violência patrimonial (32%), física ou ameaça (31%) e sexual (16%).

Os casos que envolvem violência praticada pelo companheiro são os mais frequentes, citados por 83% das servidoras e magistradas. Depois aparecem as agressões cometidas por pais (14%), irmãos (7%), tios/sobrinhos (6%) e filhos (1%).

"Esses dados reforçam o entendimento de que as respostas do sistema de justiça não têm dado conta de enfrentar a violência doméstica e familiar, inclusive no caso de mulheres que

92%

das integrantes do Judiciário agredidas dentro da própria casa foram aterrorizadas psicologicamente

ocupam uma posição na elite da sociedade. O indicativo de que as duas categorias têm receios ou vergonha de pré-julgamentos feitos por colegas de trabalho sinaliza para a persistência da justiça como um ambiente ainda hostil às mulheres e perpetrador de violências de gênero", observa a pesquisa.

Das servidoras ou juízas que responderam terem passado por tais traumas, 81% revelam que o incidente ocorreu há mais de um ano, enquanto 13% afirmam que sofreram essa agressão nos últimos 12 meses.

Não ao silêncio

A pesquisa expôs, ainda, que a maioria das servidoras e juízas não ficam em silêncio depois dos maus tratos. De acordo com o estudo, 85% delas conversam com outra pessoa sobre a situação — os parentes (78%) e amigos (71%) são



Levantamento mostrou que as integrantes do Judiciário não são acolhidas dentro do próprio poder

as pessoas com quem essas vítimas têm mais confiança para desabafar.

Para Luciana Ramos, professora de direito da FGV e uma das coordenadoras do estudo, o dado reflete que, por ser um público com mais condições financeiras, as servidoras e juízas buscam muito mais o auxílio terapêutico do que mulheres de outros ramos profissionais.

"Isso, juntamente com a busca

por familiares e amigos, mostra que, ainda assim, as mulheres acabam optando por mecanismos de ajuda ou canais que ainda ficam em uma esfera privada. Elas têm muito receio de expor isso e levar a situação para outros canais, como, por exemplo, uma delegacia", observa.

Na visão da coordenadora da pesquisa, a falta de apoio e o atendimento precário no próprio Judiciário ainda são um entrave para as integrantes resolverem problemas dentro do ambiente em que trabalham. "Uma das conclusões a que a gente chega é que o sistema de Justiça não tem dado conta de enfrentar esse problema da violência doméstica", aponta Luciana.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Procurador agora é réu

O procurador Demétrius Oliveira de Macedo, preso na última quinta-feira por espancar a chefe Gabriela Samadello Monteiro de Barros, virou, ontem, réu por tentativa de feminicídio. A denúncia é de autoria do Ministério Público de São Paulo e foi aceita na última terça-feira.

Na denúncia, o MP-SP descreveu o espancamento como um "evidente intento homicida" — para os promotores, Demétrius tentou matar Gabriela, que é procuradora-geral do município de Registro (SP). A representação salienta, ainda, que o homicídio não se concretizou por "circunstâncias alheias a vontade do agente".

O juiz Raphael Ernane Neves, da 1ª Vara de Registro (SP) — onde a agressão ocorreu —, aceitou a denúncia e determinou que Demétrius faça a defesa prévia em 10 dias. Segundo o magistrado, o "Ministério Público apresentou descrição suficiente dos fatos criminosos relacionados à ofensa à integridade corporal".

A agressão de Demétrius a Gabriela aconteceu no último dia 20. A defesa do procurador alega que ele tem "problemas de ordem psiquiátrica".

